

Ulysses: Anistia ampla seria uma ameaça à estabilidade do Governo

BRASÍLIA — O Presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, advertiu ontem que, mais do que criar uma crise militar, a aprovação da anistia geral e irrestrita e outras mudanças profundas pretendidas por parlamentares na emenda da Constituinte representariam um abalo e uma ameaça à estabilidade política do Governo.

— A bem da verdade, pelas minhas conversas e negociações permanentes com os Ministros militares percebi que talvez nem se chegasse de fato a uma crise militar propriamente dita. Mas o Presidente Sarney perderia sua sustentação política e nós da Aliança Democrática seríamos os responsáveis e não ele — disse Ulysses, acrescentando que um Governo que sempre buscou o entendimento não poderia esperar do Congresso outra coisa senão o cumprimento dos acordos.

— O senhor se julga um vitorioso?

— Acho que me esforcei. Precisava sacudir o PMDB. O PMDB precisava entender que tínhamos de ficar com o Governo. O PMDB pode não ser Governo, mas o PMDB é parceiro do Governo. O PMDB fez Ministros, tem compromissos com o Governo.

— O que não se entende é por que o senhor votou a favor do destaque da anistia e depois votou contra o mérito.

— Votei o destaque para facilitar as negociações. Talvez nem me seja conveniente politicamente revelar isto, mas votei por pressão da bancada. Os companheiros vinham em cima de mim e, confesso, quando a Bete Mendes aproximou-se de mim, com os olhos mareados, prevaleceu o sentimento do Presidente do partido que a trouxe para suas fileiras.

— Então, porque o senhor não votou também favoravelmente ao mérito?

— Aí seria impossível. É o que digo, não podemos decidir apenas de acordo com as nossas conveniências. Não poderíamos romper os compromissos com o parceiro, o Governo.

— E o Presidente Sarney estava muito preocupado?

— Estava. Não era para menos. Estava em jogo a sua sustentação política no Congresso. Perder essa, repito, seria um desastre que recairia em cima daqueles que levaram Tancredo Neves e José Sarney ao poder. O Presidente, como chefe de Estado, político hábil e competente, estaria preservado, pois ofereceu todas as possibilidades de negociação. Não fez qualquer imposição. Seria o nosso fim, mas não o de Sarney.

— Quantas vezes o senhor falou com os Ministros militares?

— Não posso contar, pois foram tantos telefonemas e encontros que seria impossível enumerá-los. Como acordo cedo, ligava para eles antes do sol nascer. Falava mais com os Ministros da Marinha e do Exército,

uma vez que os maiores problemas estavam afetos às suas áreas.

— Qual o argumento dos Ministros? Falavam em crise militar ou apenas ficavam nas implicações de ordem administrativa?

— Há muitos países em que os Ministros militares não pertencem às Forças Armadas, são civis. Sabe que nas conversas com os Ministros militares do Governo Sarney em nenhum momento senti uma linguagem diferente da que ouço dos Ministros civis, quando negociamos? Não quero discriminar, e seria injustiça, os Ministros, mas o General Leônidas Pires Gonçalves prestou uma grande ajuda. Ele simboliza as Forças Armadas e os demais Ministros militares. O Coronel Carlos Pellegrino (assessor parlamentar do Ministério do Exército) teve também um papel fundamental.

— Quem dizer que não temiam uma crise política?

— Não gosto da expressão crise. Logicamente, segundo me disse um deles, haveria tensões dentro das Forças Armadas. Acredito que contornáveis, mas, podendo evitar, não há coisa melhor.

Ulysses revela que teve de se dobrar muito nas últimas 72 horas para assegurar a vitória do Governo. Teve até mesmo de bloquear a viagem que um grupo de parlamentares faria à Síria.

— Isso deixou o senhor chateado?

— Chateado, não. Decepcionado, frustrado. Era o momento mais histórico da vida do Congresso. Todos deveriam estar orgulhosos de estarem no Congresso, votando a Constituinte. Isso me dá uma certa tristeza, porque alguns não compreenderam o papel histórico que estavam desempenhando. Poderiam ficar até para votar contra alguns pontos. Mas era a realização da atividade parlamentar.

— A sua idéia de atribuir poderes legislativos a uma comissão para funcionar como Congresso ordinário parece que foi descartada, não?

— Ao contrário, vou lutar por ela. Temos um exemplo recente de hoje (ontem). Há mais de 72 horas que o Congresso está reunido e não conseguiu votar toda a pauta. As atividades normais da Câmara e do Senado estão paradas. Imagine quando a Constituinte estiver funcionando. Vou insistir para que o Congresso aprove essa emenda. Do contrário, teremos Constituinte fraca, Câmara e Senado esvaziados. A História mostra que esse vazio legislativo excita movimentos golpistas contra as instituições.

— Quem está contra essa comissão?

— Os senadores, influenciados por algumas teses. E há gente achando que pode ser eleito de novo Presidente da Câmara e tenta impedir essa comissão. Mas, em qualquer circunstância, o Presidente da Câmara será do PMDB.